

Senado vota e aprova Programa Bolsa-Escola

CORREIO BRAZILIENSE

Leonardo Cavalcânti

Da equipe do **Correio**

Carlos Moura 9.9.97

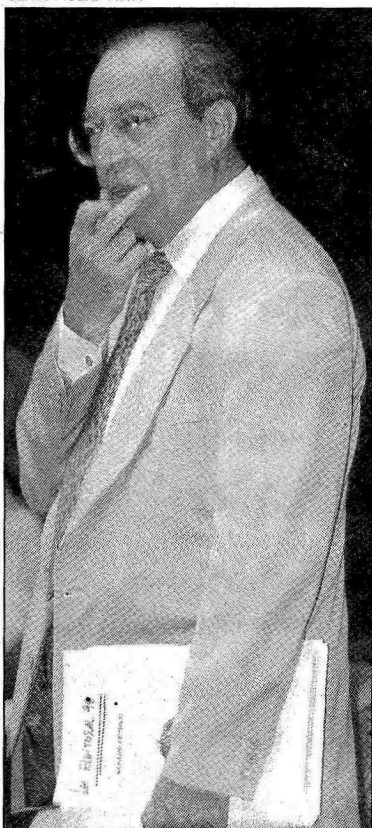
O substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que autoriza o governo a dar apoio financeiro ao Distrito Federal e a municípios que instituírem o programa de renda mínima foi aprovado no plenário do Senado e agora retorna à Câmara dos Deputados. Só depois de apreciado na Câmara, o projeto poderá ser sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na votação de ontem foram adicionadas mais três emendas ao texto do relator. Uma delas estende o programa a todos os municípios a partir do quinto ano de sua vigência — isso se houver disponibilidade financeira do governo. A outra proíbe que as prefeituras que adotarem o programa gastem mais do que 4% dos recursos destinados pelo governo às atividades municipais e administrativas. O governo federal só poderá custear 50% do programa. O restante ficará por conta dos municípios.

O texto que retorna à Câmara é uma variação do programa Bolsa-Escola, adotado pelo Governo do Distrito Federal (GDF). O programa garante ajuda financeira às famílias que tenham renda per capita inferior a meio salário mínimo. Originalmente concebido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o programa, caso aprovado na Câmara, deverá constar do Orçamento da União para o próximo ano.

Para chegar ao valor recebido por cada família, multiplica-se o número de dependentes entre zero e 14 anos por R\$ 15. Depois, subtrai-se a metade do valor da renda familiar per capita. O projeto estabelece que o presidente Fernando Henrique poderá corrigir o valor de R\$ 15.

No substitutivo do senador Lúcio Alcântara, o Distrito Federal ficaria de fora das unidades beneficiadas com o programa de renda mínima. No entanto, uma emenda adicionada ao texto e aprovada na votação de ontem garante à população



O substitutivo de Lúcio Alcântara foi aprovado ontem pelo Senado

do DF a participação no programa.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), após a total implantação do programa no país, a União deverá gastar algo em torno de R\$ 1 bilhão. “Ainda que se trate de um valor elevado, o motivo do gasto é socialmente justo. Além disso, os municípios atingidos pelo programa oferecerão, em contrapartida, programas socioeducativos”, afirmou o senador Lúcio Alcântara.

No país, a renda média dos 10% mais ricos é quase trinta vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. Estima-se que no país existam 42 milhões de pessoas na faixa de pobreza, concentradas nas regiões Norte e Nordeste. “Ainda que não se deva superdimensionar os efeitos do programa, a iniciativa poderia contribuir para o controle da migração em direção aos grandes centros urbanos”, destacou o relator.